

ENTREVISTA COM JORGE MAGDALENO CANDIDATO N. 03

1) Sisep-Rio: Qual a diferença entre o Funprevi e o PreviRio?

R.: O FUNPREVI é um fundo especial responsável por prover recursos para pagamento dos aposentados e pensionistas. Na verdade, é apenas um conjunto de contas bancárias que recebem o crédito das contribuições previdenciárias (11% desconto dos servidores, mais os 22% ref. a contribuição patronal da Prefeitura) e com elas são efetuados os pagamentos das aposentadorias e pensões. Quem administra esse fundo, ou seja, essas contas bancárias é o PREVI-RIO, que também pode ser chamado de Unidade Gestora.

O Previ-Rio é também responsável pelos pagamentos dos benefícios assistenciais (cartas de crédito imobiliário, auxílio educação, natalidade, etc).

Página 10



Palestra do servidor, composição da mesa da esquerda para direita: (Evandro Moraes Pimenta, Jorge Magdaleno, Frederico Sanches, Vanessa Palomanes e César Ribeiro).

PALESTRA DO SERVIDOR

No dia do trabalhador (01/05), o SISEP RIO promoveu palestras sobre diversos temas, sendo o principal e de maior interesse dos participantes a questão do Rombo do Previ Rio.

Para compor a mesa dos trabalhos, o Diretor Jurídico do SISEP RIO convidou os palestrantes Vanessa Palomanes e César Ribeiro.

Dos 19 candidatos ao Conselho do Previ Rio apenas 2 demonstraram preocupação e interesse em comparecer à palestra. Desta feita, ambos foram convidados a compor a mesa dos trabalhos, onde realizaram suas explanações e pediram voto aos servidores presentes.

Os candidatos ao Conselho do Previ Rio Evandro Moraes Pimenta e Jorge Magdaleno n. 3. foram felizes em suas falas defendendo os interesses dos servidores. Precisamos de servidores assim no Conselho do Previ Rio. Todavia Evandro Moraes Pimenta desistiu de concorrer.

ELEIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO PREVI RIO

Dias 23 e 27 de Maio, via Internet
Apoiamos Jorge Magdaleno. VOTE 3.

Ação contra reajuste do plano de saúde

Página 2

Rombo PREVI Rio

Página 3

Ação Judicial Santander

Página 6

IRDR dos Guardas Municipais do Rio de Janeiro

Página 7

AÇÃO CONTRA REAJUSTE DO PLANO DE SAÚDE

O Sindicato dos Servidores Públicos do Município do Rio (SISEP-Rio) vai ingressar com ação judicial contra o aumento do Plano de Saúde do Servidor Municipal do Rio (PSSM).

De acordo com a entidade sindical, os convênios médicos sofreram reajustes que variam entre 22% e 100%. Também haveria cláusula abusiva que viola o Código de Defesa do Consumidor, além de regras da Agência Nacional de Saúde (ANS).

“O nosso índice de reajuste salarial em 2015 não chegou nem a 11%. A inflação está em torno de 12%. E vamos pagar este aumento por quê?”, questionou uma servidora municipal ao sindicato.

Advogados do SISEP-Rio, Frederico Sanches e Vanessa Palomanes informaram que vão pedir a nulidade da cláusula, referente ao reajuste e que seja indenizado em dobro o servidor que foi prejudicado com a mudança: “Estamos recebendo varias reclamações a respeito do PSSM. Constatamos que há duas empresas violando categoricamente o Direito do Consumidor”, disse Frederico Sanches.

O Previ-Rio esclareceu que o Plano de Saúde do Servidor Municipal poder ser contratado pelos servidores do município, no Plano Referência, oferecido pelas operadoras Assim e Caberj, apenas com o desconto de 2% sobre sua remuneração, como sempre ocorreu nos anos anteriores.

VARIAÇÃO DE 20%

Sobre os planos superiores, o Previ-Rio informou que são de livre escolha por parte do servidor. O instituto ressaltou que os preços cobrados atualmente pelas operadoras Assim e Caberj foram apresentados em outubro de 2014. A variação do custo médico hospitalar, conhecido como inflação médica, em 2015, girou em torno de 18%, e, em 2016, ficará próxima de 20%.

ABAIXO DO MERCADO

Segundo o Previ-Rio, ante o cenário, havia a necessidade de as prestadoras incrementarem a tabela de preços dos produtos oferecidos, pois esta mesma inflação médica, após a apresentação de sua tabela de preços, em 2014, já está acumulada em mais de 40%. A autarquia defendeu que os valores estão inferiores ao praticados no mercado.

PERDAS E DANOS

Os servidores da Prefeitura do Rio interessados no processo devem procurar o SISEP-Rio para dar entrada em ação judicial de repetição de indébito, nulidade de cláusula contratual, bem como perdas e danos. O endereço da entidade é Rua Alcindo Guanabara 24, sala 1.805, no Centro do Rio (ao lado da Câmara Municipal).

ATÉ 10 DE MAIO

De acordo com a portaria do Previ-Rio, publicada na última segunda-feira, para aderir ao PSSM, mudar de operadora, ou cancelar o contrato atual, os servidores, ativos ou aposentados, e os pensionistas do Funprevi deverão acessar o sistema online. O prazo termina em 10 de maio e contrato começa a partir de 1º de junho.

(Matéria do Jornal O DIA dia 30/04/2016)

**Servidores interessados devem comparecer à sede do SISEP RIO.
Horário de atendimento de 12:00h às 18:00h.**

Servidor!

**Diga NÃO ao
reajuste abusivo!**

Ação Judicial contra

+ PSSM!

Procure o SISEP RIO.



FM O DIA ENTREVISTA COM EDUARDO PAES

Frederico Sanches, diretor jurídico do SISEP Rio, em entrevista com o prefeito do Rio, Eduardo Paes interpellando sobre o PCCS dos servidores administrativos e saúde. Resposta negativa acabando a novela do PCCS 2015-2016, pois o projeto precisa ser de iniciativa do executivo.

Link do youtube com a entrevista:

<https://www.youtube.com/watch?v=Dzc1e-cOrRQ>



ROMBO PREVI RIO

Marcelo Queiroz, Secretário de Administração da Prefeitura do Rio de Janeiro, em palestra na Universidade Estácio de Sá assumiu que o PREVI RIO vai quebrar!

O Sindicato dos Servidores Públicos do Município do Rio (SISEP RIO) sempre atuará em defesa dos servidores públicos do município do Rio de Janeiro. Somos contra a forma como nossos servidores são desprezados! Vamos dar um Basta!

Assista a entrevista concedida pelo diretor jurídico do SISEP RIO, Frederico Sanches, que aponta descumprimento de ordem judicial, bem como solução para evitar quebra do PREVI RIO.

Link do youtube com a entrevista:

<https://www.youtube.com/watch?v=H2c8tX-E6Ro>



SISEP Rio X FENEME (ADIN 5156 – STF)

O Diretor Jurídico do SISEP RIO, Frederico Sanches, vem acompanhando sistematicamente a ADIN nº 5156, que tramita no STF. O SISEP RIO foi o primeiro Sindicato a postular e ter deferido o requerimento de amicus curiae.

Todavia, a FENEME postulou recentemente novo pedido para argumentar que alterou seu estatuto e por tal motivo teria representação no âmbito nacional.

Os patronos Frederico Sanches e Vanessa Palomanes formalizaram requerimento demonstrando, que a FENEME continua sem legitimidade ativa para propor ADIN junto ao STF, por isso deve ser extinta a ação direta de inconstitucionalidade.

Leia a íntegra da petição protocolada pelo SISEP RIO junto ao Supremo Tribunal Federal:

<http://siseprio.org.br/2016/05/08/15102/>

**Alguns atacam e não ajudam!
Outros atrapalham e escolhem lados, mas só
pensam em si! Muitos falam, nada sabem e
sequer fazem!
SISEP RIO sempre fala, faz, ajuda e escolhe
um único lado, o dos servidores, que este
representa!
FENEME NÃO TEM LEGITIMIDADE ATIVA!
LEIA E PEÇA EM DEFESA DOS GUARDAS
MUNICIPAIS!**

FREDERICO SANCHES: HÁ CRISE OU CONVENIÊNCIA PARA AS OLIMPÍADAS?

O prefeito precarizando deixa os servidores sangrando, o que deve ser evitado, pois ele afirmar que tiveram reajuste salarial é algo pretensioso.

Rio - O país, afundando em dívidas, luta para evitar o naufrágio, e quem sofre mais nessa barca é o trabalhador e o servidor, achatados com as medidas dos ministros da Dilma. Em especial, a cidade do Rio está passando por cima de questões de grande importância do povo para alcançar as Olimpíadas de 2016.

A crise afeta União, estados e municípios, acarretando em desemprego. Esse cenário retira os direitos como abono salarial e seguro-desemprego, junto com o pacote de medidas dos ministros. Sem ar, os trabalhadores cortam gastos, e o governo enxuga gelo com medidas emergenciais.

Os cidadãos vêm sofrendo aumentos de tributos para cobrir gastos da atual gestão, afetando os servidores e Previdência (PreviRio), que possuía em 2009, quando o prefeito Eduardo Paes assumiu a cadeira, R\$ 2 bilhões e hoje tem déficit de meio bilhão. Cadê os R\$ 2,5 bilhões que estavam aqui? Não podemos permitir o 'déjà vu' de 1990, quando o Rio viveu a falência.

Enquanto isso, agentes da Guarda Municipal do Rio reclamam da falta de segurança para trabalhar. O prefeito deveria investir em paíóis, coletes à prova de balas e treinamento eficaz para capacitar o guarda a manusear arma de fogo pelo prazo mínimo de seis meses, a fim de dar segurança aos servidores, cidadãos e estrangeiros.

O Erário da cidade deve realocar verba para o plano de cargos e salários dos servidores da Saúde, Administração, Desenvolvimento Social e demais categorias funcionais da Prefeitura do Rio. O prefeito precarizando deixa os servidores sangrando, o que deve ser evitado, pois ele afirmar que tiveram reajuste salarial é algo pretensioso. Sequer houve recomposição da inflação, achatando ainda mais os salários dos servidores cariocas, inclusive dos aposentados.

Sabemos que as Olimpíadas ocorrerão com a Baía de Guanabara poluída, reformas de estádios, placas novas erradas, obras lindas e a população escravizada, sem escola, sem cultura, sem hospitais, permanecendo como se batata da terra fosse, largada ao relento. Quase refugiados.

(Matéria do Jornal O DIA dia 23/10/2015)

FALTA DE RESPEITO COM OS SERVIDORES DA PREFEITURA DO RIO

Infestação de pulgas interdita parte de andar de anexo da prefeitura do Rio.

RIO - Uma infestação de pulgas tirou o sossego de servidores que trabalham no segundo andar do prédio anexo da prefeitura, na Cidade Nova. Na sexta-feira da semana passada, os funcionários da gerência do Imposto Sobre Serviços (ISS), da Secretaria municipal de Fazenda, foram dispensados mais cedo. Em nota, a Secretaria disse que a dedetização foi realizada na sexta-feira. Na segunda-feira, as atividades foram normalizadas. O setor da segunda gerência de ISS permanece isolado e o atendimento foi deslocado para outra área. O tratamento será feito ainda nesta quarta-feira. A causa da infestação pode ser a grande quantidade de gatos existentes na área externa do prédio.

O Sindicato dos Servidores Públicos do Município do Rio de Janeiro (Sisep-Rio) informou, por meio de nota, que foi procurado por servidores. Os funcionários reclamaram das

condições de trabalho. “A gente desconfiou que poderiam ser esses insetos porque todos estavam sentindo coceira e tinham manchas vermelhas pelo corpo. Para piorar, a gente se mudou de sala há uma semana para fugir das pulgas, e como levamos material acreditamos que as pulgas foram juntas”, relatou a servidora Erika Santos, ao sindicato da categoria.

O problema teria começado há um ano, quando os servidores que trabalham na primeira sobreloja do prédio encontraram as pulgas. Os servidores acreditam que o problema tenha começado no ar-condicionado que ficou sem funcionar durante uma semana. Isso pode ter contribuído para o aumento dos insetos.

A servidora Erika disse que funcionários reclamaram de ter levado pulga para casa. O inseto teria sido encontrado entre os processos que um servidor levou para trabalhar em casa.

(Matéria do Jornal O GLOBO dia 20/04/2016)

CORREÇÃO DE 11,98% PARA 5 MIL

Cerca de cinco mil servidores do Estado do Rio estão à espera da aplicação de diferença salarial de 11,98% decorrente do erro na conversão da moeda URV (Unidade Real de Valor) para o Real, que aconteceu em 1994. O grupo também aguarda o reajuste das parcelas eventualmente devidas de forma retroativa dos últimos 22 anos. O funcionalismo está no aguardo da decisão que sairá do Tribunal de Justiça do Estado do Rio (TJ-RJ). Caso os servidores sejam beneficiados com a correção, os funcionários públicos da Prefeitura do Rio também poderão ser beneficiados.

Segundo a advogada do Sindicato dos Servidores Públicos do Município do Rio de Janeiro (Sisep-Rio), Vanessa Palomanes, a análise do TJ-RJ vai contemplar todos os funcionários da prefeitura que também tiveram perdas salariais. Vanessa requereu ser amicus curiae, quando o advogado participa da discussão junto ao Poder Judiciário.

“Estamos nos antecipando, já que a legislação municipal é diferente da estadual. Queremos participar para eles não acolherem a decisão para o município, caso seja menor que o requerido. Queremos participar do julgamento por considerarmos a matéria relevante aos servidores e por conta da representatividade do sindicato”, disse representante da entidade, Vanessa Palomanes.

DATA ERRADA

A advogada explica que o percentual que era acrescido diariamente foi aplicado na data errada a exigida pela legislação da época, em um dia a aplicação foi 11,98% menor. “Além do percentual, será somado o reajuste dos últimos 22 anos. Mas há a possibilidade da aplicação ser julgada improcedente por conta da crise no estado”, disse Vanessa.

UNIFORMIZAÇÃO

A representante do Sisep-Rio explica que o novo Código de Processo Civil, em vigor desde o dia 18 de março, criou o “Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas”. É uma técnica que estabelece uma espécie de uniformização na apreciação dos processos que versam sobre o assunto, estabelecendo as bases para o julgamento das questões comuns.

PROCESSO MODELO

O Incidente de Resolução vai uniformizar entendimentos e possibilitar a agilidade no julgamento dos processos, uma vez estabelecido o “processo-modelo” pelo segundo grau. “O desembargador Luiz Felipe Francisco, membro da recém-criada Seção Cível do TJ-RJ, é relator do primeiro Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas do país”, disse Vanessa.

COMPETÊNCIA

“O juízo de primeiro grau, depois de instalado e julgado o incidente, deverá aplicar o padrão decisório estabelecido, mas com competência e legitimidade para atender as peculiaridades de cada caso. É uma uniformização do entendimento para o julgamento da matéria, garantindo o princípio da isonomia”, destacou a advogada do sindicato.

MAIS INFORMAÇÕES

Podem ser obtidas pelos servidores no SISEP Rio, que é o autor da ação. É necessário ser servidor desde junho de 1994.

(Matéria do Jornal O DIA)

ROCK IN RIO

SISEP RIO recebeu os nossos heróis da GM RIO, que atuaram em defesa da criança que foi ameaçada pelo PM e Advogado Fabiano Filgueiras de Carvalho no último dia do Rock in Rio.

O SISEP RIO atuará através do Diretor Jurídico Frederico Sanches, para alterar a capitulação do crime de lesão corporal para tentativa de homicídio em desfavor do PM e Advogado supracitado.

Outrossim, informamos que os servidores buscarão na justiça a justa reparação indenizatória contra o Estado do Rio de Janeiro.

É um absurdo a Prefeitura, a GM RIO ou qualquer órgão não oferecer aos seus servidores apoio jurídico ou qualquer tipo de assistência aos seus quando os mesmos são ofendidos ou atacados no exercício de sua função. Isso tem que acabar! SISEP RIO sempre atuará em defesa dos seus representados!



AÇÃO JUDICIAL SANTANDER

O SISEP Rio está entrando com ação judicial contra o Santander. O motivo é a cobrança de taxas de serviço sobre contas salário.

Os interessados em ingressar com ação judicial contra o Banco Santander devem procurar o sindicato com cópia dos documentos:

- 1) Identidade e CPF;
- 2) Contracheque e Comprovante de Residência;
- 3) Carta do Banco / comprovante de titularidade da conta.

ATO CONTRA A PLC 257!

O SISEP RIO, que é filiado à CSB Central dos Sindicatos Brasileiros, convocou os servidores públicos que são contrários ao PLC 257/16 para ATO na porta da Prefeitura do Rio de Janeiro no dia 13/04/2016 às 13:00h.

A CSB colaborou com a logística do ato, que se espalha em todos os quatro cantos do Brasil, visto que se trata de Projeto de Lei em tramitação na Câmara dos Deputados com objetivo de prejudicar o funcionalismo público.

O PLC é originário do Ministro do Planejamento do governo federal, que tenta a todo custo prejudicar os servidores públicos inclusive com privatizações das empresas públicas, além de achatamento significativo nas remunerações, tais como congelamento dos vencimentos dos servidores por 24 meses, vedação de convocação de concursados e muito mais. Acesse o link para mais informações: <http://siseprio.org.br/2016/04/10/ato-na-porta-da-prefeitura-do-rio-dia-130416-as-1300h/>

**DIGA NÃO AO ARROCHO
E AO CORTE DE DIREITOS.**

**PELA DERRUBADA
DO PLC 257!**

VEREADOR E SISEP RIO LUTAM PELO PLANO DE CARGOS

O SISEP RIO na árdua luta pelo plano de cargos de todos os servidores, esteve em reunião com o vereador Paulo Pinheiro na sede da folha dirigida, para esclarecer pontos importantes sobre o plano de cargos dos servidores da Saúde e dos Administrativos, posto que tal imposição está prevista na Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro.

O que o SISEP RIO não consegue entender é por qual razão o Prefeito Eduardo Paes firmou compromisso de campanha em 2009 para eleição de prefeito e não cumpriu, pois não encaminhou plano de cargos para os servidores e, ainda, sempre reluta a fazer, visto que se tornou sistemática a conduta de determinar à Procuradoria Geral do Município do Rio a propor Representação por Inconstitucionalidade, demonstrando desinteresse em cumprir com suas próprias promessas de campanha exaradas em 2009.

Independentemente da conduta do Prefeito, o SISEP RIO, através do Diretor Jurídico Frederico Sanches, sempre irá atuar em defesa dos Servidores, inclusive como amicus curiae (amigo da corte) nas ações de Representação por Inconstitucionalidade.

Leia a íntegra a matéria publicada pela Folha Dirigida:

<https://www.folhadirigida.com.br/fd/Satellite/mobile-concursos/noticias-Especial-Noticiario-2000056269817/SaudeRio-Vereador-e-sindicato-lutam-pelo-Plano-de-Cargos-2000144835801-1400002973221>



IRDR DOS GUARDAS MUNICIPAIS

O Diretor Jurídico do SISEP RIO, Frederico Sanches, protocolou junto ao TJ/RJ requerimento com pedido de amicus curiae (amigo da corte) nos autos do IRDR (INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS) que decidirá sobre a insegurança jurídica que sistematicamente vem causando as incontáveis decisões diferentes sobre enquadramento, promoção e progressão dos guardas municipais do Rio de Janeiro.

O SISEP RIO tomou conhecimento da demanda por força do incansável trabalho do Departamento Jurídico da entidade, em especial pelos advogados Vanessa Palomanes e Frederico Sanches.

Certo é que o IRDR autuado e distribuído desde 03/05/2016 já conta com pedido de amicus curiae formalizado pelo SISEP RIO, única entidade sindical que se preocupa com seus representados.

Imperioso grifar que o IRDR nasceu por força de impulsionamento do Poder Judiciário, mas devido a várias ações postuladas por representados desta entidade, que se encontram assistidos pelo corpo jurídico, que detém farto conhecimento da matéria em questão.

Agora, o Órgão Especial apreciará o cabimento do Incidente, bem como o julgará, sendo certo que o SISEP RIO estará a frente desta nova batalha, para defender os jurídicos interesses dos guardas municipais do Rio de Janeiro, visto que são diversas ações providas e outras improvidas, causando insegurança jurídica, o que torna viável a apreciação do novo instituto, que passou a vigorar em decorrência do Novo Código de Processo Civil.

O SISEP RIO já requereu sua admissão como amicus curiae em outros procedimentos similares, portanto, estamos acompanhando de perto todos os casos, que venham a beneficiar ou prejudicar o direito dos servidores públicos do Município do Rio de Janeiro.

Se o IRDR for julgado no sentido de prover todas as ações as mesmas serão julgadas seguindo este posicionamento, porém se for no sentido contrário, trabalharemos para impedir tal prejuízo aos nossos servidores.

Não deixem de participar! Acompanhem todas as atividades do SISEP RIO, pois recentemente formalizamos petição contra a FENEME nos autos da ADIN n. 5156, que tramita no STF. Não sabia? Verifique nosso [site](#) e/ou nosso [facebook](#).

AÇÃO EXIGE ADMISSÃO DOS CONCURSADOS

O Sindicato dos Servidores do Município do Rio de Janeiro (SISEP-Rio) declarou guerra ao prefeito: entrou com pedido de liminar na Vara da Fazenda Pública pedindo, entre outras coisas, o afastamento de Eduardo Paes, por suspeita de improbidade administrativa, e a substituição dos terceirizados da Guarda Municipal por aprovados no concurso de 2012. A ação, elaborada pelos advogados Vanessa Palomares e Frederico Sanches, pede a suspensão das contratações vigentes com empresas de vigilância, sob argumento de que as atribuições cabem a servidores.

Denúncia sobre o não aproveitamento dos concursados da Guarda foi apresentada pelo Sisep ao Ministério Público, por intermédio da 8ª promotoria de cidadania e justiça. Por isso alguns aprovados foram convocados para o curso de formação.

O SISEP sustenta que carece de fundamento a alegação do prefeito de que faltam recursos financeiros para implantar novos planos de cargos e salários para o funcionalismo e, por isso, também pede o fim dos contratos que concede terrenos públicos, na Barra da Tijuca e em Vargem Grande, aos clubes Fluminense, Vasco e Botafogo.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

SISEP RIO defendendo os servidores públicos do Município do Rio. CLIQUE AQUI e ouça nossa denúncia com relação aos servidores da SMDS e a defesa dos guardas municipais, que devem portar a arma de fogo e a arma não letal, conforme as Leis Federais 13.022/2014 e 13.060/2014.



<https://soundcloud.com/sisep-rio/frederico-sanches-sisep-rio-audiencia-publica>

PREFEITURA DEVE R\$ 50 MI DE ALUGUEL DE TERRENO CEDIDO À RIO-2016

A EOM (Empresa Olímpica Municipal) deve ao menos R\$ 48 milhões ao fundo de pensão dos servidores do Rio de Janeiro, o Funprevi. A empresa municipal, responsável pelo monitoramento dos projetos da prefeitura para a Olimpíada, não tem pago o aluguel de R\$ 960 mil mensais de dois terrenos adjacentes pertencentes ao fundo, e ocupados por ela e pelo Comitê Organizador da Rio-2016.

Os terrenos ficam numa das áreas mais nobres da região central do Rio, em frente a uma estação de metrô e ao lado da própria prefeitura. Foram alugados em 2012 do Funprevi para que a EOM e o Comitê Rio-2016 pudessem construir ali a sede dos dois órgãos mais atuantes na preparação do Rio para os Jogos.

Pelo acordo, a companhia municipal comprometeu-se a pagar os R\$ 960 mil por mês ao Funprevi pelo uso dos terrenos por seis anos, ou seja, até 2018. Depois, a EOM ainda concedeu ao Comitê Rio-2016 o direito de ocupar esses mesmos terrenos desde de que o órgão cedesse à própria EOM equipamentos e algumas salas de sua sede para o funcionamento do órgão da prefeitura.

Tudo parecia muito bem acertado: o Comitê Rio-2016 construiu em 2013 um moderno prédio nos terrenos do Funprevi sem ter que pagar nada pelo uso dos espaços, e a EOM passou a funcionar dentro da sede do comitê com parte de suas despesas bancadas diretamente pelo órgão privado. Acontece que o fundo de pensão dos servidores nunca recebeu nada pelo aluguel de suas propriedades.

O calote foi revelado pelo TCM (Tribunal de Contas do Município). Em relatório sobre as contas da prefeitura aprovado em julho pelo conselheiros, o tribunal chamou a atenção para a falta de pagamento do aluguel dos terrenos ocupados pelos

organizadores da Olimpíada junto com calote em outros contratos do Funprevi. Recomendou ainda que o prefeito Eduardo Paes tome medidas para o acerto das dívidas.

“Que o Chefe do Poder Executivo [Paes] determine aos órgãos competentes a adoção das providências cabíveis para o pagamento ao Funprevi dos valores referentes aos termos de cessão dos imóveis”, declarou o TCM.

Procurado pelo UOL Esporte, o TCM informou ainda que uma inspeção específica sobre as contas do fundo foi aberta. Como o caso ainda não tem decisão, nenhuma informação sobre a apuração pode ser divulgada.

Para os servidores municipais, entretanto, o uso irregular do patrimônio dos funcionários pela prefeitura é claro. O diretor jurídico do Sisep (Sindicato dos Servidores Público do Rio), Frederico Sanches, disse ao UOL que o prefeito, que indica a direção do Funprevi, manobrou para a cessão dos terrenos dos servidores para EOM. Assim, usou o patrimônio dos servidores como se fosse dinheiro do próprio município, o que não é correto.

“O prefeito Paes vê o dinheiro do Funprevi como se fosse recursos do Tesouro Municipal”, reclamou Sanches. “Quando ele chegou à prefeitura [em 2009], o Funprevi tinha saldo de R\$ 2 bilhões. Hoje, tem déficit de R\$ 500 milhões. Como ficará o pagamento da aposentadoria dos servidores municipais?”

O UOL Esporte procurou a EOM e Comitê Rio-2016 para tratar do uso dos terrenos da Funprevi na quarta-feira (16). Nenhum deles se pronunciou. O próprio Funprevi também foi questionado sobre os alugueis. Há dois meses, a reportagem aguarda uma resposta. O fundo ainda não se posicionou.

(Matéria publicada pela UOL)

SISEP RIO NA RÁDIO GLOBO

Ouçá o diretor jurídico do SISEP RIO, Frederico Sanches, na Rádio Globo em defesa dos Guardas Municipais.

CLIQUE AQUI

<https://soundcloud.com/sisep-rio/frederico-sanches-na-radio-globo-em-defesa-dos-guardas-municipais>



AÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE FASP RJ e SISEP RIO (PORTE DE ARMA GM).

CLIQUE AQUI PARA VISUALIZAR

<http://siseprio.org.br/2015/09/14/acao-de-inconstitucionalidade-fasp-rj-e-sisep-rio-porte-de-arma-gm/>



SISEP RIO É ADMITIDO COMO AMIGO DA CORTE E SERÁ A VOZ DOS SERVIDORES! PELA CONSTITUCIONALIDADE E CRIAÇÃO DO PCCS!

<http://siseprio.org.br/2015/05/21/decisao-autoriza-sisep-rio-no-processo-do-pccs-da-saude/>

SISEP RIO DEBATE TERCEIRIZAÇÃO JUNTO A CSB

Após a participação ativa do SISEP RIO no I Encontro Nacional dos Servidores Públicos contra a terceirização no serviço público, Dr. Frederico Sanches abordou temas polêmicos sobre a terceirização no campo da iniciativa privada, onde a CSB luta pela regulamentação da terceirização, a fim de diminuir os problemas que atualmente prejudicam os trabalhadores.

Frederico Sanches afirmou que caminhará junto com Neto, presidente da Nacional da CSB, para buscar o que preciso for, em prol dos servidores públicos, bem como em defesa de todos os trabalhadores, independentemente do regime, pois o que se precisa é a valorização do ser humano.



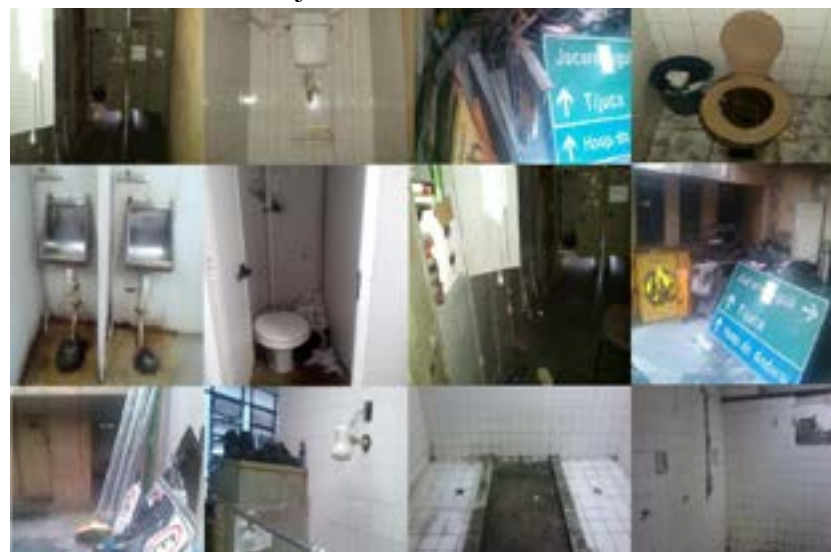
DENÚNCIA:VEJA NO BOM DIA RIO!

<https://www.youtube.com/watch?v=N2ULZqVlnGs>



IMAGENS REVELAM ABANDONO DE BASE DA GM

O SISEP Rio sempre atuará em defesa dos servidores públicos do município do Rio de Janeiro. Somos contra a forma como nossos servidores são desprezados! Vamos dar um Basta! Por isso denunciamos junto ao Ministério Público do Trabalho!



ATO DE MOBILIZAÇÃO

Ministério Público pede arquivamento contra guardas municipais que estavam em passeata pacífica e prosseguimento do processo contra PM que alvejou os guardas da GM RIO.



ENTREVISTA COM JORGE MAGDALENO

CANDIDATO N. 03

Jorge Magdaleno é servidor do Previ-Rio no cargo de Contador há 23 anos. É especialista em Administração Pública e Previdência. Foi Diretor de Administração e Finanças e Conselheiro do Previ-Rio no período em que a Previdência mais cresceu (2001/2006). Recebeu a Medalha Pedro Ernesto em 2003 e Medalha Tiradentes em 2014 pelo relevantes serviços prestados em Previdência Pública, o que lhe confere notoriedade no tema.

1) Sisep-Rio: Qual a diferença entre o Funprevi e o PreviRio?

R.: O FUNPREVI é um fundo especial responsável por prover recursos para pagamento dos aposentados e pensionistas. Na verdade, é apenas um conjunto de contas bancárias que recebem o crédito das contribuições previdenciárias (11% descontado dos servidores, mais os 22% ref. a contribuição patronal da Prefeitura) e com elas são efetuados os pagamentos das aposentadorias e pensões. Quem administra esse fundo, ou seja, essas contas bancárias é o PREVI-RIO, que também pode ser chamado de Unidade Gestora.

O Previ-Rio é também responsável pelos pagamentos dos benefícios assistenciais (cartas de crédito imobiliário, auxílio educação, natalidade, etc).

2) Sisep-Rio: No seu entendimento qual o objetivo da Prefeitura Municipal com a lei 5300?

R.: O objetivo principal de sancionar a lei 5300 foi possibilitar a imediata redução de repasses da Prefeitura ao FUNPREVI oferecendo recebíveis dos royalties do Petróleo até 2045. Com a diminuição desses repasses, a Prefeitura obteve folga financeira, alterando o destino dos recursos, antes destinados à garantia do pagamento dos aposentados e pensionistas. Essa lei não pode ser chamada de plano de capitalização do Regime de previdência, pois foi um plano de capitalização do Tesouro Municipal. No fim de 2008, o Regime de Previdência e Assistência possuía em seu caixa mais de R\$ 2,2 bilhões de reais e hoje o Funprevi não possui recursos disponíveis e o Previ-Rio terá suas disponibilidades esgotadas provavelmente em setembro deste ano.

3) Sisep-Rio: A Prefeitura, segundo informações, tem tentado vender os imóveis do Funprevi e os saldos das cartas de crédito do Previ-Rio. Qual o seu posicionamento sobre isso? Esse dinheiro servirá para capitalizar o Funprevi ou o PreviRio?

R.: Como falei a lei 5.300/11 capitalizou o Tesouro Municipal e quebrou a nossa Previdência.

Agora estão tentando vender os imóveis do Funprevi para cobrir um déficit financeiro estimado de R\$ 500 milhões até o fim do ano, para fechar as contas. Ocorre que alienar imóveis do patrimônio dos servidores para cobrir déficit financeiro do Funprevi, fere a legislação previdenciária e a própria lei aprovada em 2011 (5.300). Esse dinheiro somente poderia ser utilizado para capitalizar o Fundo, ou seja, acumular reservas para garantir o futuro, e não para ajudar ao Tesouro a pagar a folha agora. Já com relação ao Previ-Rio acho mais grave. Esse dinheiro das cartas de crédito é do plano de assistência dos servidores, e antecipar junto a Caixa Econômica Federal ou qualquer outro banco é operação de crédito e a Lei de Responsabilidade Fiscal veda taxativamente essas operações no último ano de mandato. E aí eu devolvo a pergunta com outra: Se acabarem com os recursos da assistência, acumulado a duras penas, como será daqui pra frente. Vão acabar com a Assistência do Previ-Rio? O Previ-Rio não tem mais fontes de recursos para a assistência !

4) Sisep-Rio: Qual o papel do Conselho de Administração nesse processo? Há autorização legislativa para vender esses imóveis e as cartas de crédito?

R.: O Conselho tem um papel fundamental na defesa das garantias dos servidores e por isso quis participar ! Mesmo havendo uma desigualdade no Conselho visto que a maioria dos membros são indicados pelo Ente Patrocinador (Prefeitura), não podemos deixar passar o que afronta a legislação. Mas, é preciso conhecê-la.

5) Estamos ouvindo por aí a hipótese de que as dificuldades financeiras hoje enfrentadas pelo Funprevi / Previ-Rio se devem as incorporações dos servidores e a falta de cobrança dos 11% dos aposentados e pensionistas. Qual seu posicionamento?

Sou frontalmente contra esse argumento, pois não retrata a verdade. Vamos lá: entre 2001 e 2002 criamos o Funprevi, as incorporações foram mantidas, suspendemos os descontos dos aposentados e pensionistas e devolvemos os descontos indevidos e ainda assim abrimos o Fundo (FUNPREVI) com recursos disponíveis na ordem de R\$ 700 milhões de reais e em 2008 já havíamos acumulado mais de R\$ 2,2 bilhões. Então como explicar? Contra fatos não há argumentos. O que está quebrando o nosso regime é aplicação da lei 5.300/11.